



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOPEDAGOGIA
ESCOLAR – GEPPE**

IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR

**“O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces:
compreendendo e atuando com as dificuldades de
aprendizagem”**



ANAIS DO EVENTO

ISSN: 2179-7978

09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2015

Os conteúdos dos textos são de responsabilidade de seus autores

Deficiência intelectual e a educação pública: a intervenção do professor na aprendizagem, um estudo de caso

Silva, Lázara Cristina

Universidade Federal de Uberlândia

lazara@ufu.br

Moraes, Bruna Lorena Barbosa

ESEBA/UFU

brunam.pedagogia@gmail.com

A temática deficiência intelectual tem ganhado mais espaço no âmbito educacional, portanto, são crescentes as discussões a respeito desse assunto. Contudo, ainda existem muitos aspectos que precisam ser repensados a fim de se construir um conhecimento mais assertivo a cerca do tema. Com base no senso comum, muitas pessoas ainda entendem e vêem a pessoa com deficiência intelectual como incapaz, que está em desvantagem social e, isso, num primeiro momento é compreensível, pois as pessoas tendem a rejeitar aquilo que lhes é diferente. Mas, com a escola inclusiva, os professores devem ter um mínimo de conhecimento para atender às necessidades desses alunos que estão tendo acesso à escola, e saber como lidar com o seu processo de aprendizagem. Diante disso, esse trabalho visa mostrar uma observação realizada na disciplina de estágio obrigatório II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, numa escola Estadual no município de Uberlândia no ano de 2014. Tendo como prioridade a análise de como o aluno com diagnóstico de deficiência intelectual tem o seu direito de educação garantido, e como nessa escola, o professor regente, em específico, tem atuado para auxiliar no seu processo de ensino e aprendizagem. Bem como, se esse professor tem formação para lidar com esse aluno, e como é o cotidiano desse aluno na sala de aula. E prioriza discutir, ainda, quais são as dificuldades de aprendizagem que esse aluno em específico traz para a sala de aula, e se o professor enquanto mediador desse processo entende e auxilia nessas dificuldades.

Palavras chave: deficiência intelectual; escola inclusiva; processo de aprendizagem.

Eixo temático: Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem.

A temática deficiência intelectual tem ganhado mais espaço no âmbito educacional, portanto, são crescentes as discussões a respeito desse assunto. Contudo, ainda existem muitos aspectos que precisam ser repensados a fim de se construir um conhecimento mais assertivo a cerca do tema. Com base no senso comum, muitas pessoas ainda entendem e vêem a pessoa com deficiência intelectual como incapaz, que está em desvantagem social e, isso, num primeiro momento é compreensível, pois as pessoas tendem a rejeitar aquilo que lhes é diferente.

Entretanto, hoje já se entende que a deficiência intelectual não tem uma definição pronta e acabada:

O diagnóstico na deficiência mental não se esclarece por uma causa orgânica, nem tão pouco pela inteligência, sua quantidade, supostas categorias e tipos. Tanto as teorias psicológicas desenvolvimentistas, como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante da condição mental das pessoas, mas ainda assim, não se consegue fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição. (BATISTA, 2006, p. 10).

Assim ao se pensar em deficiência intelectual deve-se considerar cinco dimensões: habilidades intelectuais, do comportamento adaptativo, da participação, interação e papéis sociais, do contexto e da saúde. Ou seja, considera-se muito mais do que apenas os aspectos cognitivos. Segundo Dechichi (2002) essas dimensões podem ser caracterizadas como:

A dimensão habilidades intelectuais refere-se à capacidade de raciocínio, planejamento, soluções de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por meio de experiências. Em suma, essa habilidade se refere ao intelecto do indivíduo e sua capacidade de desenvolver algumas atividades referentes ao uso do intelecto.

A dimensão do comportamento adaptativo refere-se à capacidade de inserção social do indivíduo. Ou seja, sua capacidade de possuir alguns comportamentos que são esperados pela sociedade, básicos da vida cotidiana, trata-se de comportamentos sociais de independência.

A dimensão de participação, interações e papéis sociais, refere-se ao sujeito com deficiência mental ao se interagir e participar da vida em comunidade, bem como os papéis que ele assume na mesma.

A dimensão contexto diz respeito ao universo social que esse indivíduo está inserido, sua família, comunidade, escola, relacionando-as com as condições de qualidade de vida da pessoa;

Por fim, a dimensão saúde que se refere à ampliação do diagnóstico da deficiência mental envolvendo os fatores etiológicos e de saúde física e mental.

Contudo, o importante seria os educadores terem claro o fato de que o aluno com deficiência intelectual apresentará dificuldade de aprendizagem e às vezes de relacionamento. E em cada caso haverá um modo específico de aprendizagem. O professor deve, então, se atentar para todo o conjunto de características do indivíduo com deficiência intelectual.

Em suma, a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação para todas as áreas do conhecimento. (BATISTA, 2004 p. 11).

A etapa de escolarização na vida de qualquer criança significa a construção de novas relações e saberes, em suma, a descoberta de conhecimentos sobre o mundo. O sentimento de infância é uma construção histórica, sendo que antes a criança era tratada como um adulto em miniatura, não se considerando a importância da infância na sua vida. No entanto, hoje, a infância tem o seu lugar/importância reconhecida, sendo nessa fase, de suma importância a oferta de estimulação, a criação da autonomia, e o reconhecimento de que é nessa fase que a criança vai se constituindo enquanto sujeito. Entrar na educação infantil significa romper com os paradigmas do seio familiar, é começar a se inserir no social, a conviver com a diferença.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a educação infantil passa a se constituir como a primeira etapa da educação básica, sendo assim instituído o direito da criança de se inserir nela. Ou seja, a criança, apresentando ou não deficiências, tem o direito de estar na educação infantil, de ter acesso ao ensino e à aprendizagem de qualidade¹ reconhecendo suas dificuldades e diferenças.

No que diz respeito à criança com deficiência, a escola precisa oferecer subsídios para que as especificidades de cada aluno sejam atendidas. Considerando seu quadro de deficiência, e que sejam evidenciadas consideradas e compreendidas suas dificuldades e o processo de desenvolvimento, desde a educação infantil.

Pensando nisso e no estágio obrigatório do quarto ano de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, que foi realizado em uma Escola Estadual, no segundo ano das séries iniciais no ano de 2014, totalizando 300 horas de atividade. Em que foi oportuna a observação da relação professor-aluno com deficiência intelectual e algumas reflexões sobre o papel desse professor no processo de ensino aprendizagem do seu aluno. O resultado das observações é o que apresentarei a seguir.

Apresentando a escola

Conforme já citado, a observação foi realizada em uma Escola Estadual no município de Uberlândia, em um bairro de periferia, perto do setor industrial. O ensino nessa escola se baseia em procedimentos tradicionalistas, com aulas totalmente

¹ Entende-se por educação de qualidade, a educação que ofereça subsídio para que a criança se desenvolva levando em consideração sua especificidade, e, que lhes seja oferecido espaço/tempo apropriados para o seu desenvolvimento e uma aprendizagem significativa.

expositivas, carteiras enfileiradas, sendo o professor tomado como detentor do conhecimento.

Além disso, o ensino fundamental I no Estado de Minas Gerais, não possui professores de áreas específicas como Artes, Educação Física, entre outras. Assim sendo, os professores com formação (normalmente) em Pedagogia, não se sentem preparados para ministrar essas aulas. Então, o que pude perceber é que fica uma “aula vaga”², sem conteúdo. Essa prática acontece, principalmente, em decorrência do fato de que os professores regentes não possuem módulos, ou momentos de trabalho coletivo entre os professores e setor pedagógico da escola, para poder preparar suas aulas. O que acontece são encontros para reuniões sobre questões burocráticas da escola.

A escola goza de um espaço físico adequado e acessível para os alunos circularem de maneira livre, ou seja, é grande e bem distribuído. Começando pela sala de aula que possui janelas grandes, que permitem a ventilação do ar, e seu espaço interno possibilita que os alunos se locomovam livremente. Mesmo com as carteiras colocadas em fileiras, a sala de aula é um espaço abrangente que permite a movimentação dos alunos. Os banheiros são amplos e atendem às necessidades de todos os alunos.

Quanto ao pátio, em uma parte há cobertura, sendo este o menor espaço, mas, o ainda assim, permite que os alunos corram, brinquem, pulem, movimentem-se com facilidade. Os corredores são largos, sendo a escola de dois andares, com escada (não possui rampa), mas, caso algum aluno tenha dificuldade com as escadas (como quem usa cadeira de rodas, muletas e afins), a escola possui duas salas de aula no andar de baixo. Desse modo, o fato de haver essas duas salas facilita o acesso dessas pessoas com dificuldades de locomoção, pois, não será necessário utilizar as escadas, uma vez que, no andar de baixo, estão localizados refeitório, banheiros, sala de vídeo e etc.

O espaço para a educação física é grande, sendo constituído por duas quadras, porém, ambas não têm cobertura, e, em dias de muito sol ou chuva dificulta muito, ou inviabiliza a sua utilização. As quadras estão em uma área verde, onde professores podem desenvolver atividades, pois, possui algumas mesas com cadeiras.

² Chama-se de aula vaga, quando esta ocorre como uma aula, sem planejamento pré-definido sobre as temáticas de aulas especializadas: artes, educação física entre outras, como as professoras não tem domínio sobre o conteúdo a ser trabalhado nessas disciplinas, não fazem um planejamento como deveria, açabarcando as competências e objetivos das disciplinas.

Mesmo com tantos espaços e tantas possibilidades, os professores ainda insistem em ficar dentro de sala de aula, com aulas expositivas. Quando vão para áreas externas, o fazem com intenção de “descansarem”, ou seja, a finalidade é para as crianças correrem, brincarem, sem nenhuma atividade educativa com planejamento.

A observação no cotidiano escolar

A observação na área de educação especial veio ao encontro da realização do meu estágio obrigatório, no momento em que ao me receberem na escola, me foi proposto para que, auxiliasse a professora do 2ª ano A, que tinha um aluno com deficiência intelectual em sua sala regular. E a escola não tinha professor de apoio ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE), me foi solicitado então que acompanhasse esse aluno, desenvolvendo atividades com ele, que fossem planejadas em conjunto com a professora.

Conforme já salientado, os alunos de escolas estaduais de Minas Gerais, só possuem o professor regente, que ministram todas as aulas especializadas: educação física, artes e religião. Assim, a professora regente dessa turma, está atuando há mais de vinte anos na educação, passando por supervisão, e agora, regência. Está com 50 anos de idade, logo, se encontra perto da aposentadoria. Fez curso superior em Letras em Ituiutaba, em 1984, e não possui nenhuma pós-graduação. O que fica claro na entrevista que foi realizada em decorrência do estágio obrigatório, é que a professora em questão apesar de ter feito magistério, ela mesmo relata que a sua área de especialidade e que possui mais afinidade é o curso de Letras. E, quando questionada sobre sua formação inicial de magistério, se essa formação contribuiu de modo satisfatório para a sua atuação profissional, a professora diz: “não digo satisfatório, mas contribuiu”. Assim, talvez a falta de uma formação pedagógica de qualidade para atuar nas séries iniciais faça toda a diferença para a professora e seus alunos.

Durante as observações realizadas na escola, tive a oportunidade de ter acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o documento apesar de estar muito bem estruturado e organizado, tem apenas um pequeno item que trata sobre a educação especial. Desconsiderando o exposto na legislação brasileira desde 2008, por meio do decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, no qual no art.1º, § 2º determina que “atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” Nesse item que trata sobre a educação especial apresenta que a

escola atende a alunos com deficiência, o que é garantido pela a escola inclusiva. Inclusive, que a escola goza de professores de apoio para esses alunos.

No PPP (2014, p.12) se apresenta as seguintes estratégias de inclusão:

- São partes importantes da educação inclusiva os relacionamentos e interações sociais. Assim como os demais alunos, aqueles com deficiência também precisam participar da vida social da escola: projetos, atividades lúdicas, teatro, música e etc.
- Os alunos portadores de necessidades especiais serão ensinados no mesmo contexto curricular e instrucional com os demais colegas de sala de aula. Os recursos materiais deverão ser adaptados, para satisfazer a aprendizagem de qualquer aluno.
- O professor tem a responsabilidade de educar e assegurar ao aluno portador de necessidades especiais, sua integração e valorização em sala de aula.
- O envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola é fundamental, a participação dos pais nas reuniões, e serem parceiros da escola.

Desse modo, analiso que este documento, abrange algumas estratégias para a inclusão, que são distantes da realidade da observação, como por exemplo, a participação desses alunos nos projetos, a adaptação de atividades. Além disso, o PPP deixa como responsabilidade somente do professor a inclusão e a inserção desse aluno no cotidiano escolar. No documento não foi identificado nenhum item que prevê a formação de professores para a educação especial. Sem formação adequada, o professor não possui conhecimentos básicos necessários para lidar com os alunos com deficiência.

A escola, por meio do PPP, não apresenta o AEE (Atendimento educacional especializado). Esse espaço é uma oferta extraclasse, para alunos com deficiência, onde são propostas atividades para superação de barreiras.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BATISTA, 2004. p. 22).

O AEE, é um rico espaço onde o aluno com deficiência terá um atendimento individualizado, e aprenderá a superar suas dificuldades para além de conteúdos escolares. As atividades são planejadas de acordo com as suas necessidades. Ter o AEE na escola além de ser garantido por lei, é de extrema importância para o sucesso da

inclusão escolar, e, infelizmente na escola em questão não há esse espaço, é somente a sala de aula regular.

O PPP ao se referir à educação inclusiva, apresenta várias lacunas. Por exemplo: não aborda a questão sobre o currículo; se a escola mudou de concepção, ou se tem flexibilidade ao se tratar de alunos da educação especial. A escola não conseguiu expressar tal compromisso neste documento que acaba por retratar apenas a existência de alunos com deficiência e algumas estratégias para a inclusão, desconsiderando o todo do público da educação especial, qual seja: pessoas com deficiências (físicas, sensoriais, intelectuais), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O professor e seu aluno

Durante a entrevista realizada com a professora regente, ela informou que sua formação inicial foi em magistério, que a ajudou na profissão. A professora participa de formação continuada oferecida pelo o governo estadual “Pacto pela Idade Certa”, duas vezes na semana.

O aspecto que mais chamou atenção ao se tratar da sua formação profissional, foi que, em nenhum momento, a professora indiciou a existência de formação na área de educação especial ou mesmo psicopedagógico. Bem como não mencionou se a escola, e/ou o governo lhe ofereça esta formação ou um curso na área. Por meio de conversas informais, a professora relatou não buscar formação na área de educação especial, pois se considera “idosa” para esta busca: “já estou muito velha, e não tenho mais ânimo para estudar” (relato da professora).

Sobre a inclusão escolar a professora disse que é uma realidade muito distante da escola pública. Pois, na sua sala de aula mesmo havendo um aluno com deficiência intelectual, e que, em decorrência deste fato, houve a diminuição de três alunos na turma, ainda assim, sua turma continua com 28 (vinte e oito) alunos, e a mesma, precisa, sozinha, sem apoio de ninguém conseguir lecionar para todos na classe.

É uma realidade distante, pois, a escola e os professores não estão preparados para receber esse “tipo” de aluno. Tão pouco os pais das outras crianças, pois, o aluno especial bate, briga, e os pais vêm reclamar comigo. A escola, não tem nenhuma estrutura pedagógica para receber esse aluno, recebemos porque é lei. E ai, o aluno fica ai na sala de aula, andando pela a escola, sem ter um acompanhamento, sei que é o meu trabalho ajudar o desenvolvimento dele, mas, eu não tenho nenhum módulo, e não tenho nenhum conhecimento sobre a deficiência mental. (Relato da professora).

Nesse relato, foi possível analisar a fala da professora, que não se sente segura em receber um aluno com deficiência em sua sala, e que a escola, a rede estadual de educação, não lhe oferece condições adequadas para o trabalho (e nem cobram) uma formação adequada na área. Sendo que, nem mesmo no PPP expressa uma preocupação com essa formação e condições de trabalho afirmadas. Fica evidente que a escola, tal como a própria professora, não possuem nenhuma preparação/conhecimento para receber esses alunos na sala de aula regular.

Quando questionada sobre qual é o maior desafio ao se ter na escola regular um aluno público da educação especial, a professora relata da falta de conhecimento e de condições de trabalho:

Não tenho tempo na escola, para me dedicar ao D. (aluno com deficiência intelectual), ou me preocupo com ele, ou com o resto da turma, tenho outros 20 e tantos alunos, queria poder ter menos alunos, para poder dar mais atenção ao D. (Relato da professora).

Nessa fala, e, por meio das análises dos documentos escolares, percebi que falta muito apoio, bem como, das condições de trabalho para o professor lidar com seu aluno público da educação especial. Que não existe uma formação adequada, e que a professora não tem condições básicas para o seu trabalho. Como resultado, tem-se que o estudante com deficiência recebe como direito somente a sua inserção na escola, independente das condições de aprendizagem que aquela escola oferece. Seria esse cenário o da segregação?!

Além de todos esses desafios que a professora relata, essa foi a primeira experiência da professora com aluno público da educação especial.

Quando a escola ficou sabendo que receberia um aluno com deficiência mental, a diretora conversou com a equipe de professores e, questionou quem gostaria de ficar com a sala que o aluno deficiente iria frequentar. Foi uma cena muito difícil, ninguém se manifestou, e Deus falou comigo e eu quis enfrentar esse desafio, tentar ensinar para esse aluno. Mas, é mais complicado do que pensei, o modo dele aprender, e fixar sua atenção é muito particular e demanda muito minha atenção. Além disso, tivemos dificuldades com a família, que demorou a apresentar o laudo médico para a escola, e não temos a parceria da família no processo de escolarização. (Relato professora).

Mais uma vez, fica claro por meio da fala da professora que, a escola e os profissionais da educação, ainda se sentem amedrontados com a educação inclusiva. No caso, não se sentem preparados, seja por não ter conhecimento, ou por nunca terem

enfrentado esse desafio. O fato é que a educação inclusiva ainda causa muito estranhamento à educação.

Parceria com a família

A parceria com a família é fundamental para o sucesso da aprendizagem. Quando se trata de alunos com deficiência, da educação inclusiva, essa parceria se torna ainda mais primordial. Contudo, é importante que a escola reconheça o seu papel, qual seja de orientar essas famílias para que essa parceira dê certo. Orientar no sentido de nortear a família sobre os cuidados com a criança com deficiência, de como é a deficiência (uma vez que a escola necessita do conhecimento sobre ela, pois, precisam estudar para conhecer seu aluno).

Ressalta-se que não adianta a escola cobrar a parceria com a família, se ela mesma não desenvolve um trabalho de qualidade³. E não orienta essa família para fonoaudiologia, psiquiatria, ou para outros profissionais que podem vir a contribuir nesse processo de aprendizagem do indivíduo com deficiência intelectual.

Dados da observação

A criança observada é do sexo masculino, com sete anos de idade, cursando o segundo ano do ensino fundamental I. A sua deficiência é a intelectual. Esse diagnóstico foi dado por um psiquiatra. Para conseguir o laudo médico a escola precisou cobrar insistentemente dos pais, uma vez que, foi observado pela equipe de profissionais da escola que o aluno possuía dificuldade de se relacionar, de conversar, e o seu processo cognitivo apresentava-se muito atrasado em relação aos demais, bem como em relação a sua idade, não dando conta de acompanhar o restante da turma.

Vale ressaltar que a deficiência intelectual, não pode ser diagnosticada apenas por um profissional, conforme já mencionado, é um conjunto de aptidões que precisam ser “analisadas”, passando pelas dimensões das habilidades intelectuais; do comportamento adaptativo; da participação, interação e os papéis sociais; do contexto social, familiar; e por fim da saúde, que envolve fatores etiológicos e de saúde física e mental (DECHICHI, 2012). Assim, em outras palavras, as áreas do aluno que estão comprometidas, é o psicológico, o emocional/afetivo, o social e o cognitivo.

³ Entende-se por trabalho de qualidade aquele que entende e compreende o seu papel de orientação e responsabilidade pelo seu aluno, ou seja, trabalho de qualidade é aquele que abranja e trabalhe todos os limites pedagogicamente falando desse aluno, e que a escola como se pressupõe que já possui um conhecimento sobre a deficiência, tem o dever de orientar os pais, que nem sempre possuem o mesmo conhecimento que a escola.

Uma das características que mais se destacaram desse aluno em específico foi a fala, que é muito atrasada e limitada, pois o aluno emite apenas alguns sons monossílabos, como “xixi”, “tia”, “oi”, “ta”, “não”. Outro fator a ressaltar, é a sua agressividade, todos os alunos tinham “medo” do menino, sabiam que ele é diferente, mas não compreendem em que, ele bate muito nos demais colegas, puxa cabelo, morde. Não que essas características sejam inerentes às pessoas com deficiência intelectual, pelo contrário, nesse caso, percebemos que o fato dessas características estarem presentes no cotidiano escolar, revela inclusive a falta de preparo da escola que não orienta os demais estudantes, nem a família na forma de conduzir esse trabalho com o aluno com deficiência. Uma vez que os alunos que apresentam deficiência intelectual, tendem a serem mais dóceis, então essas características aflorarem nesse aluno, significa que há algo errado com o trabalho realizado na escola, tal como a orientação que está sendo passada para a família.

Com a observação na escola, ficou evidente que a ruptura com a família é muito dura para o aluno. Todos os dias, na chegada, quando a sua avó ia deixá-lo na escola, ele chorava muito, “esperneava”, gritava, batia, no ato do processo de separação. Depois de já ter passado um certo tempo, cerca de 10 a 15 minutos, o aluno ficava tranquilo, e, assim continuava durante a tarde. Esta situação, com base nas observações feitas, revela as dificuldades que a família enfrenta de colocar limites nos desejos da criança. Principalmente o aluno com deficiência, em que percebi que a família tentava “compensar” a sua deficiência, talvez por falta de informação a respeito de a criança com deficiência poder viver uma vida como as demais, apenas com algumas dificuldades particularmente relacionadas à sua deficiência. Esses pequenos gestos e “sinais” relevam como o aluno se sente. São considerados imprescindíveis para as análises deste estudo, que pretende compreender o processo desencadeado na escola para garantir seu processo de escolarização.

O aluno com deficiência intelectual e seu processo de aprendizagem

O aluno em questão apresentou dificuldades em concentração, fazia muitos movimentos soltos e sem articulação com as atividades propostas; como práticas de andar, de rabiscar, de assoviar, além de não ficar concentrado muito tempo em uma tarefa apenas. Apresentou carência de atenção/afeto, cotidianamente.

Apesar de o aluno não ter um diálogo claro, com gestos e apontamentos, quando conversamos com ele entendemos o que ele tem a dizer. Sobre a escola, o que se deu a entender é que os alunos não o compreendem como ele é. Quando eu perguntava “o que

foi”, “porque você bateu nele?” , ele apontava para os colegas, que também batiam nele mas, sem ninguém perceber. E no cotidiano da sala de aula fica evidente e claro, que as tarefas propostas pela professora não o chamavam a menor atenção, pois ele rasgava, amassava e nada acontecia. Percebendo isso, propus para a escola desenvolver um pequeno projeto com o aluno.

Analisando a atenção dele e seu interesse pela história dos três porquinhos, quando desenvolvi o projeto de intervenção do Estágio Supervisionado II, promovi atividades de coordenação motora, de reconhecimento de letras, pautada nos três porquinhos. Utilizando diversos materiais, tais como: colar feijões, colar palitinhos, pintar utilizando tinta guache. Nessas atividades o aluno se concentrava, pelo menos em uma delas.

Demarca-se aqui que o processo de escolarização deste estudante é responsabilidade da equipe pedagógica da escola e não apenas do professor de apoio. Cabe à escola desenvolver um trabalho de qualidade com esse aluno, e, para isso, não precisa ir muito longe, é somente planejar atividades de forma coerente e acessível, modificar as suas concepções, propor para a turma atividades que saem do tradicional e que sejam do interesse de todos.

Quanto à relação aluno e professor

Na sala de aula a relação professor (regente) e aluno é bem superficial. Não há o estabelecimento de um diálogo entre ambos. O aluno fica na sala, mas a professora não demonstra envolvimento e preocupação pedagógica com sua escolarização e desenvolvimento. Dirige-se ao aluno apenas para corrigir seus atos, mas esta fica apenas na intenção, considerando que o aluno a ignora, ela por sua vez, faz o mesmo com a resistência do aluno.

O aluno D. chega e implica com os colegas ao lado da sua carteira, puxa cabelo, bate, cutuca, e diz “oia” “oia”, apontando para a sua blusa do ben 10.

A professora começa a ministrar a sua aula, e não trouxe nada das atividades adaptadas para o D. A tarefa que ela apresenta não o causa interesse, ele fica andando pela sala de aula. O aluno pega o livro de historinhas, que o seu colega trouxe e começa a ver. Cansa do livro, vai no armário da professora, pega massinhas e começa a brincar, tudo indica que ele está brincando de fazer comidinha. Três alunos estavam conversando alto, D. gritava e fazia gestos para ficarem calados, não o fizeram. D. foi até a carteira deles e deu um tapa em um deles, o menino chorou, a professora mandou D. pedir desculpas, ele deu as costas para a professora, e fingiu não estar ouvindo o que a professora falava, voltou para a sua massinha e continuou a brincar. A professora continuou a falar: ele é seu amigo, não pode bater nele! Até que D.

saiu correndo da sala (Registro diário de Campo do 17/07/2014, Quinta-feira)

Fica claro no registro acima que existem regras diferenciadas para os alunos, pois quando D. se retira da sala, a professora não vai atrás e faz cumprir os acordos estabelecidos com o grupo. De certa forma, fica aliviada com a sua ausência.

Ainda, nesta observação ressaltada, é possível analisar que, primeiro, a professora não faz nenhuma acolhida, roda de conversa no começo da aula, nada para interagir alunos com alunos, e, para interagirem com ela mesma. Não promove o momento da mudança de espaço, necessário para que a criança, no começo da aula, tenha um tempo mais livre, mais aconchegante que a acolha e aproxime das atividades do dia. A atitude de D. de implicar com os colegas, representa o tipo de ações que qualquer criança faz, contudo, ao começar a ministrar a aula, considerando que a professora não tem nada preparado, adequado e/ ou que chame atenção de D., faz com que ele vá buscar algo para fazer, para ocupar-se. Atitudes compreensíveis e passíveis a toda criança.

Em nenhum momento na observação, percebeu-se a professora se relacionando com o aluno, dando atenção para ele, pelo contrário, o aluno que foi pegar a massinha, ela nem percebeu ou fez que não houvesse percebido. Pois, se demonstrasse que havia percebido, demandaria uma tomada de posição, assim, optou por ficar quieta, manter-se alheia e não se envolver com o aluno. Este fato ilustra a aceitação e o respeito pelo aluno, situações nas quais não gera envolvimento, implicação com o outro. Eu o aceito do jeito que é, não me envolvo com ele, não proponho ações que modifiquem sua forma de agir e interagir com o mundo, logo estou lhe respeitando.

Quando pegou a massinha, ele veio sentar perto de mim, pois, eu tinha tempo disponível para lhe dar atenção. Neste momento, tentava se comunicar (a seu modo) comigo. Percebi que compreendia o que a professora falava com os alunos, e tinha conhecimento sobre as comidas, formas, se a professora tivesse tempo de se relacionar com esse aluno, poderia perceber que ali estaria uma oportunidade de aprendizagem. Mas, a professora não tem tempo para se dedicar a ele, e observar o que ele já sabe identificar os seus conhecimentos prévios e pautar o seu ensino sobre o que interessa ao aluno.

Alia-se a isto, o fato da baixa expectativa pedagógica que, naturalmente, se estabelece nestes casos, pois o professor que não possui uma formação adequada parte de ideias preconcebidas, arraigadas muitas vezes de preconceitos, as quais se relaciona a

deficiência com a falta de condições para realizar as atividades escolares previstas. Logo, a criança com deficiência intelectual não aprende, assim, não justifica a dedicação e o empenho extra do professor.

A raras vezes em que a professora se dirigia para falar com a criança, durante o tempo em que estive na sala observando/acompanhando sua prática pedagógica, para criar uma interação com o seu aluno, foi falando que ele estava errado em bater no seu colega, e que deveria pedir desculpas. A reação de D. foi só uma, fingir que ela não estava falando com ele, e sair da sala de aula correndo, quando ele saiu a professora não falou nada, deixou ele ir sem se mobilizar com sua atitude.

Este exemplo ilustra a ausência de relação estabelecida entre ambos. Não há posicionamento coerente do professor que medeia o aprendizado na sala, que demarca com as crianças a existência de regras para se seguir, como, não sair da sala a hora que quiser, por exemplo. Ou seja, não se estabelece nenhuma relação. O aluno fica a mercê do que ele quer fazer, e não do que a professora propõe para ele.

O aluno por, ficar “livre”, não ter nenhuma atividade pronta para realizar, acha que ele pode fazer tudo, e assim o faz, conforme observado nas primeiras semanas de estágio.

D. Joga avião de papel no ventilador. A professora diz: “não pode D., senão machuca, desliga o ventilador agora!”. Então, ele desliga o ventilador e continua a jogar o avião de papel. (Diário de Campo, 06/08/2014, quarta-feira)

Nessa cena, pude observar que quando a professora se dirige ao aluno, ele a respeita, sabe que existem regras, limites na sala de aula. Contudo, ela só se dirigia a ele para falar o que não podia fazer, não preparava uma atividade que considerasse suas dificuldades, que promovesse aprendizagem, que lhe despertasse o interesse. Um aluno com deficiência intelectual não vai se interessar por um ensino totalmente tradicional, como os demais também não o fazem. Ele quer coisas novas, que chamem sua atenção.

Destaca-se que quando a professora criava uma relação/interação com o seu aluno, esse a escutava. Sabe que existem papéis sociais na sala de aula, de que a professora é professora e como tal tem o papel de cobrar algumas regras, e que ele como aluno tem alguns deveres. Entretanto, o que acontecia todos os dias é que, pelo fato de o aluno não ter uma atividade direcionada para ele, ele ficava sem ter o que fazer e, então, ia mexer com os colegas, andar pela escola.

Quanto a relação aluno e aluno, foi observado na sala de aula uma relação de muito carinho e respeito pelo aluno com deficiência intelectual. Sempre o tratam com carinho e tentam ajudar.

Uma coleguinha “L.” trouxe um brinquedo de laptop, o aluno sentou ao meu lado e, brincou de reconhecer as letras. Ao brincar, segue as instruções corretas (do laptop) e arrisca a escrever palavras. (Quarta-feira 16/07/2014)

O colega H. termina a atividade e pergunta para a professora se pode sentar com o D, para brincar com ele. A professora deixa, e os dois sentam no fundo da sala e vão brincar com o dominó. (Terça-feira 05/08/2014)

Depois do recreio, D. senta ao lado da sua colega L., e colore a atividade proposta pela professora. (Quarta-feira 06/08/2014)

Por meio dessas três observações podemos analisar que os colegas estão a todo tempo procurando interagir com o aluno com deficiência mental, e trazem algo sempre para “entretê-lo” durante as aulas. Apesar de vez ou outra, o D. dar um tapa, um beliscão ou um puxão de orelha nos colegas, esses nunca fizeram nada com ele e demonstram entender que ele é “diferente” mas, não compreendem muito bem o porque.

Uma dificuldade encontrada na relação não só com os outros alunos, mas principalmente na própria criança, foi o atraso no desenvolvimento da sua fala. Ele fala e os alunos não entendem o que ele quer, e, logo ele se irrita com a situação por não ser compreendido e acaba gritando e/ou batendo nos colegas.

Com o passar do tempo à professora de apoio, enfim, foi contratada para o aluno com deficiência intelectual. A mudança de comportamento desse aluno foi nítida. Com a professora de apoio, que planejava atividades, dava atenção, criou-se um laço de relação com esse aluno e ele, claro que com suas dificuldades, prestava atenção nas atividades e aos poucos foi se desenvolvendo. Por meio de conversas informais, a diretora e a pedagoga da escola disseram sentir a mudança do aluno, que agora era mais calmo, fixava atenção nas atividades propostas (que eram do seu interesse, mais lúdicas).

Como a chegada da professora de apoio coincidiu com o período de término do meu estágio, acompanhei a relação da professora de apoio com o aluno com deficiência intelectual cerca de uma semana. Mas, essa única semana foi suficiente para perceber que quando o aluno recebe dedicação, alguém que lhe dê atenção, que estabeleça relação, e que considere suas dificuldades na aprendizagem, e, pauta o ensino sobre isso, a aprendizagem é possível.

Assim, fica a pergunta: as dificuldades são do aluno? Ou a escola não está disposta a cumprir seu papel enquanto instituição responsável pela escolarização desta criança? E ainda mais sério, de quem é a responsabilidade da escolarização desta criança, da professora de apoio ou da professora regente? Será que esta prática não configura a segregação? Essas são questões a se estudar no futuro.

Referências:

BATISTA, Cristina Abranches Mota, MANTOAN, Maria Teresa Egler. Educação inclusiva : atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] /– Brasília : MEC, SEESP, 2006.

DECHICHI, Claudia (Org.); SILVA, Lázara Cristina da (Org.); FERREIRA, Juliene Madureira (Org.). Curso básico: educação especial e atendimento educacional especializado. Uberlândia, MG: EDUFU, 2012.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: Autor.

Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.